



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12737 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A RECONFIGURAÇÃO DOS SUJEITOS DA EJA NO CAMPO

Fernanda Rodrigues Neves Reinholtz - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

A RECONFIGURAÇÃO DOS SUJEITOS DA EJA NO CAMPO

A pesquisa investigou o processo de reconfiguração dos sujeitos do campo que acessam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola no interior do Estado do ES. O ponto de partida foi o aumento da chegada de estudantes muito jovens que não haviam interrompido sua escolarização, mas, para a EJA no decorrer do ano letivo. A abordagem teórica envolveu interfaces dos campos da Sociologia da Juventude, da Educação do Campo, das Políticas Públicas e da EJA. Como um Estudo de Caso, a metodologia lançou mão da análise documental, questionários e entrevistas com estudantes, professores e gestores. Resultados indicam que a migração para a EJA se dá em função da inserção dos sujeitos no mundo do trabalho e de uma política educacional de elevação de índices. Há necessidade de se rever a concepção de EJA prevista no Art. 37 da LDB 9394/96 como atendimento “àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, para incluir, os que migraram de modalidade sem interromper sua trajetória escolar, o que caracteriza um movimento de reconfiguração dos seus sujeitos.

Palavras-chave: Juventude, Reconfiguração, EJA, Campo, Políticas Públicas.

1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos é um campo de estudo onde constantemente surgem novas inquietações que instigam a investigações e pesquisas em relação aos seus sujeitos e às

políticas públicas que garantam o direito ao acesso e à permanência, respeitando as especificidades que este atendimento requer. O estudo buscou investigar mudanças que atravessam a EJA, se propondo a analisar o processo de reconfiguração vivenciado pelos sujeitos camponeses que chegam a essa modalidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, no seu artigo 37, a EJA se volta para “àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, e para quem teve sua trajetória escolar interrompida e que deseja retomá-la.

No entanto, vivenciamos o fenômeno da migração dos estudantes do ensino regular para a EJA durante o curso do ano letivo. Ou seja, sujeitos que não interromperam sua trajetória escolar, mas apenas migraram para a modalidade, configurando um outro perfil de jovens cada vez mais jovens (Brunell, 2004) nas turmas de EJA. A partir do *lócus* de estudo, o problema de pesquisa voltou-se para estudar quais as causas do fenômeno de reconfiguração do perfil dos sujeitos oriundos do campo que acessam a Educação de Jovens e Adultos, tendo como demarcação temporal o período de 2009 a 2018 no município e escola envolvidos.

Inicialmente, o principal pressuposto era o de que a indução das políticas públicas estaduais, orientadas por políticas neoliberais, fomentavam este fenômeno. No decorrer do estudo outros fatores se somaram a esta hipótese inicial, sendo o mais relevante a necessidade de inserção, por parte dos estudantes, no mundo do trabalho.

No campo teórico emergiram diversos conceitos que em sua interface, contribuíram para a compreensão do fenômeno. Abriu-se o diálogo entre campos distintos como Sociologia da Juventude, Educação do Campo, Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos. Para as análises da política de oferta do município recorreu-se a Mainardes (2015) que considera política como respostas do Estado para o atendimento de demandas da população. Neste caso, buscou-se a identificação de mecanismos de indução empregados pelas políticas públicas que contribuem para a migração de sujeitos jovens, oriundos do campo, para a Educação de Jovens e Adultos.

2. Sobre as Juventudes

Na interface com a Sociologia da Juventude o estudo buscou compreender os sujeitos jovens desta investigação, a partir da constatação de que são múltiplos e não podem ser homogeneizados. Segundo Pais (1990) falamos em juventudes, respeitando sua pluralidade evidenciando as diferenças sociais a que eles estão inseridos.

Somando-se a esta perspectiva tem-se a concepção de Dayrell (2003, 2007) para quem estes sujeitos são frutos de uma construção social e histórica, ou seja, as suas relações cotidianas precisam ser consideradas. Assumindo este jovem como sujeito que “é ativo [que] age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere” (DAYRELL, 2007, p. 159). Respeitando-se esta multiplicidade, tem-se a juventude camponesa, com todas as especificidades do seu modo de ser jovem, que segundo Castro (2005) vivencia o grande dilema entre ficar no campo ou

partir para a cidade. Essa problemática tem seu foco na estrutura fundiária assentada na concentração de terra e na dificuldade de compra, devido aos seus elevados preços. A saída para muitos jovens tem sido o êxodo rural em busca de uma mobilidade social.

Outro desafio para a juventude campestre está assentado na educação voltada para o campo, que nem sempre respeita os pressupostos da Educação no/do Campo, que não evidencia as diferenças entre o campo e a cidade, ao apresentar propostas pedagógicas universalistas, que acabam por não acolher a cultura campestre. A escola que não atende as demandas da juventude, respeitando os seus traços identitários, acaba por se tornar um polo de repulsão, deixando de ser atrativa ao não acolher os anseios e as perspectivas dos estudantes que não a veem como um potencializador de suas expectativas de vida.

3. Políticas educativas e práticas políticas neoliberais na educação

O Brasil tem vivenciado a mercantilização da educação, onde as políticas públicas voltadas para a realidade escolar são ancoradas em interesses privados, que torna o Estado um mero regulador de ações (SILVA, 2002). A relação entre o público e o privado segue a partir de um consentimento, onde, os recursos e os investimentos chegam, mas em troca, os gestores locais realizam ajustes principalmente nas políticas sociais e educacionais. Diante do exposto, percebe-se a inexistência da preocupação com a formação humana e a predominância da *práxis* empresarial como a racionalização, busca de resultados, eficiência, flexibilização. O foco da educação passa a se assentar na formação de sujeitos capazes de aprender e se comportar em um mundo flexível, que cada vez mais privilegia o empreender. A escola a serviço do capital acaba por reproduzir as desigualdades sociais, ao não fomentar um currículo que privilegie a formação de sujeitos críticos, como se percebe com a implementação do Novo Ensino Médio, onde disciplinas como Sociologia e Filosofia perdem a sua importância. É a reafirmação da dualidade estrutural da educação. Nessa tendência neoliberal das políticas educacionais, outra característica é a busca por resultados, um ranqueamento das escolas a partir da aplicação de avaliações externas a nível federal e estadual. Os resultados alcançados influenciam os investimentos que serão recebidos pela escola e em alguns casos incidem inclusive em bonificações pagas aos professores. Nessa perspectiva o gestor escolar é visto como “um gerente ávido por resultados imediatos, aquele que cobra incessantemente o produto” (RIBEIRO, 2016, p. 104) que gerencia a escola usando métodos que a distanciem do que é considerado um fracasso, estabelecendo metas que precisam ser alcançadas pela comunidade escolar.

4. Metodologia - Ouvindo os sujeitos da pesquisa

O estudo assumiu a metodologia do Estudo de Caso, devido as particularidades que envolvem o fenômeno investigado o que André (2007, p. 97) nos aponta como característica o “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões.” Apesar de se entender as peculiaridades do *lôcus* de pesquisa, as políticas públicas que são produzidas no município refletem o que se projeta nos cenários estadual e federal, ou seja, não há um isolamento, mas sim uma conexão.

A pesquisa possibilitou o que Gil (2009) define como “investigar pelo lado de dentro”, considerando a perspectiva de quem está envolvido diretamente no fenômeno estudado. Com o propósito de responder ao questionamento inicial, que era o de conhecer as causas do

fenômeno de reconfiguração do perfil dos sujeitos oriundos do campo que acessam a EJA, em uma escola do interior do estado do Espírito Santo, foram ouvidos 41 estudantes, 10 professores e 07 gestores, a partir de entrevistas e aplicação de questionários. A pesquisa também recorreu à análise documental. Foi realizado o levantamento e a análise de dados dos movimentos de matrículas referentes ao período de 2009 a 2018, da escola em questão. O objetivo foi identificar o processo de migração dos estudantes para EJA sem a interrupção da escolarização.

Os dados sobre evasão e reprovação foram pesquisados produzidos pela Prefeitura Municipal onde a escola está localizada e também nas informações disponibilizadas Pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). O Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino, o Plano Municipal de Educação e o Projeto Político Pedagógico da escola também foram objetos de análise. Passamos na sequência a discutir os resultados.

5. Discussão e resultados das escutas e análises

O fenômeno da reconfiguração dos sujeitos em estudo foi percebido a partir da observação empírica e confirmado a partir da análise dos movimentos de matrícula do período de 2008 a 2018 da escola investigada. Constatou-se que no Ensino Fundamental o número de estudantes que migraram para a EJA no decorrer do ano letivo em curso saltou de 11 para 120, e no Ensino Médio passou de 19 para 28, tendo um pico de 55 estudantes migrados no ano de 2012.

A partir da análise desses dados verificou-se o aumento constante do número de matrículas no decorrer do ano letivo, oriundos do ensino regular no período estudado é crescente. Foram entrevistados 41 estudantes oriundos do campo, a partir dos quais foi possível traçar um perfil dos sujeitos estudados. 51% se identificou como trabalhador rural, 29% como trabalhadores não rurais e 21% sem ocupação. Quando perguntados sobre os fatores que os levaram abandonar o ensino regular 32% apontaram a necessidade do trabalho, seguidos por dificuldades no aprendizado (24%), reprovações (16%), falta de vontade/desânimo (11%), indisciplina (8%), bullying (5%), dificuldade de ir à escola todos os dias (2%) e nada (2%). Os dados nos apontam o trabalho como fator principal que leva ao processo de migração dos estudantes. Constata-se aí a ausência de políticas de proteção que evitem que os jovens tenham que tão cedo se inserir no mundo do trabalho como forma de auxiliar a família no seu sustento.

Na continuação das análises dos questionários aplicados vemos que a matrícula na EJA também se dá, na sua maioria (33%), por conta do trabalho, como uma forma de buscar um emprego ou a ascensão profissional. Quando perguntados sobre quem os incentivou a migrarem para a EJA 21% dos estudantes apontaram os diretores escolares, 12% os professores e 2% os pedagogos. Neste aspecto percebe-se fortemente a indução das políticas públicas voltadas para as práticas neoliberais na educação. Essa transferência pode ser vista como uma forma de resolver problemas que afetam os índices da escola. Na visão de um dos

sete gestores entrevistados “São alunos em sua maioria candidatos à reprovação e a evasão escolar. Os índices de reprovação e evasão refletem de forma negativa principalmente nos resultados das avaliações externas puxando para baixo os índices do Ideb”. (Diretor A)

As análises realizadas a partir das respostas dos gestores escolares reforçam o pressuposto de que a migração dos estudantes para a EJA é uma forma de “faxinar” a escola, se livrando daqueles que vivem a experiência do “fracasso escolar” e que atrapalhariam o sucesso da escola nas avaliações às quais ela é constantemente submetida, não comprometendo os seus índices. A escuta dos professores que atuam na EJA na escola onde a pesquisa foi desenvolvida apontou a necessidade de formação continuada específica onde eles possam socializar e discutir os desafios que o processo de reconfiguração trouxe para a sua atuação.

6. Considerações Finais

Em face dos resultados alcançados nesta pesquisa passamos a inferir a necessidade de revisão da concepção de EJA proposta pela LDB (9394/96) no seu Art. 37. Não se trata mais de uma modalidade que atende “àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. É necessário incluir os sujeitos que chegam a partir do fenômeno de reconfiguração que vem atravessando as salas de aula da Educação de Jovens e Adultos. É urgente um debate em torno das políticas educacionais que respeitem as juventudes, nas suas multiplicidades, incluindo os jovens do campo e que gerem ações onde o trabalho e a educação não se dissociem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais – novos sujeitos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. (orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004>. Acesso em: 17 mar 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, v.23, p. 1-20, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782018000100227&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 mar 2023.

_____. Entrevista com o professor Stephen J. Ball. *Olhares*, v.3, n.2, p. 161-171, 2015.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**, v. XXV, n.105-106, p.139-165, 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41010794>>. Acesso em: 12 mar 2023.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: Conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, v.31, n.42, p. 107-126, 2018. Disponível em: <www.scielo.edu.uy/pdf/rcs/v31n42/1688-4981-rcs-31-42-107.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SILVA, Maria Abádia. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.